



Fundo Municipal de Saúde de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanços Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Atual

Exercício Anterior

Passivo Circulante

- 2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante
- 2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
 - 2.1.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar
 - 2.1.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação
 - 2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar
 - 2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS
 - 2.1.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União
- 2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
 - 2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo
 - 2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação
- 2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo
 - 2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis
 - 2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação
 - 2.1.8.8.2.00.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS

Total do Passivo Circulante

Patrimônio Líquido

- 2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido
- 2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados
 - 2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados
 - 2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação
 - 2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício
 - 2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores
 - 2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores
 - 2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS
 - 2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício
 - 2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores
 - 2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União
 - 2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício
 - 2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores
 - 2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado
 - 2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício

Total do Patrimônio Líquido

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Exercício Atual	Exercício Anterior
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	81.322,02	262.120,00
2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	57.106,33	207.108,05
2.1.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
2.1.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	0,00	0,00
2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	57.106,33	207.108,05
2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	57.105,73	207.107,75
2.1.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	0,60	0,30
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	18.340,35	23.576,02
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	18.340,35	23.576,02
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	18.340,35	23.576,02
2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	5.875,34	31.368,03
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	5.875,34	31.368,03
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	5.875,34	31.368,03
2.1.8.8.2.00.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS	0,00	(2.000,00)
Total do Passivo Circulante	81.322,02	262.120,00
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	3.929.608,37	4.038.387,06
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	3.929.608,37	4.038.387,06
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	3.929.608,37	4.038.387,06
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	(2.537.483,99)	(2.601.638,98)
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(6.782.962,76)	(6.266.618,97)
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	4.245.523,73	3.664.974,99
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	(44,96)	0,00
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	3.454.025,57	2.260.271,99
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	3.661.160,74	2.317.355,14
2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(207.135,17)	(57.083,15)
2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	2.850.071,75	4.379.754,35
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	2.850.072,35	4.406.860,05
2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(0,60)	(27.105,70)
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	162.995,04	0,00
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	162.995,04	0,00
Total do Patrimônio Líquido	3.929.608,37	4.038.387,06
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.010.930,39	4.300.508,06



Fundo Municipal de Saúde de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

DENIZE MARQUES DA
ROCHA
SECRETÁRIA

Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Assinse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6



Fundo Municipal de Saúde de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Assinado em 2022/08/23 às 10:00:00
URL para verificar a validade do documento: https://br.sic.gov.br/ppv/validarDoc?am=Código do documento: 727eb539-596e-43ee-962e-ba6bde79acc6

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	84.790,65	439.963,76
Ativo Permanente	3.926.139,74	3.860.544,30
Total do Ativo	4.010.930,39	4.300.508,06
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	81.322,02	342.188,23
Passivo Permanente	0,00	0,00
Total do Passivo	81.322,02	342.188,23
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	3.929.608,37	3.958.369,83

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

DENIZE MARQUES DA
ROCHA
SECRETÁRIA



Fundo Municipal de Saúde de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Conta		Atributo S/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.1.1.1.19.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	84.790,65	439.963,76
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	P	41.600,00	41.600,00
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITA	P	250.907,99	236.698,00
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	P	1.560,00	1.560,00
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	650,00	650,00
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	18.093,00	14.585,00
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	P	100.695,45	67.251,00
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	P	24.974,00	21.034,00
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	P	1.350,00	1.350,00
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	P	888.080,00	888.080,00
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS	P	1.525.610,84	1.515.227,84
1.2.3.2.1.05.99	OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO	P	516.848,10	516.848,10
1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	P	555.770,36	555.770,36
2.1.1.3.1.01.01	FORNECEDORES A CURTO PRAZO DO EXERCÍCIO	F	0,00	0,00
2.1.1.4.2.01.01	FORNECEDORES A CURTO PRAZO DO EXERCÍCIO	F	57.105,73	207.157,75
2.1.1.4.3.98.01	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	0,60	0,60
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES A CURTO PRAZO DO EXERCÍCIO	F	3.370,35	11.465,57
2.1.3.1.1.01.02	FORNECEDORES A CURTO PRAZO DO EXERCÍCIO	F	14.970,00	12.111,05
2.1.8.8.1.01.02	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	F	2.924,90	15.988,35
2.1.8.8.1.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	F	135,00	11.447,03
2.1.8.8.1.01.08	ISS	F	0,05	3.925,53
2.1.8.8.1.01.15	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	F	2.815,39	0,00
2.1.8.8.2.01.01	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	F	0,00	(22.58)
Ativo Financeiro (I):			84.790,65	439.963,76
Passivo Financeiro (III):			81.322,02	262.120,10
Restos a Pagar Não Processados (V):			81.115,83	0,00
Superávit Financeiro (VI):			3.468,63	177.843,66
Ativo Permanente (II):			3.926.139,74	3.860.544,30
Passivo Permanente (IV):			0,00	0,00



Fundo Municipal de Saúde de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596e-43ee-962e-ba6bde79acc6

Conta

Atributo S/F

Exercício Atual

Exercício Anterior

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

DENIZE MARQUES DA
ROCHA
SECRETÁRIA



Fundo Municipal de Saúde de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RENAVALDES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?Codigo do documento: 727eb539-596e-43ce-962c-ba6fde79acc6>

Exercício Atual Exercício Anterior

Atos Potenciais Ativos

Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00

Atos Potenciais Passivos

Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

DENIZE MARQUES DA
ROCHA
SECRETÁRIA



Fundo Municipal de Saúde de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado em 11/08/2021 por DENIZE MARQUES DA SILVA FILHO
Assessoria: https://www.pvtim.gov.br/pt/ver/assinaturaDoc:seam Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6

		Exercício Atual	Exercício Anterior
	Fontes de Recursos		
10010000	Exercício Corrente - Recursos Ordinários	28.098,50	(69.375,71)
10920000	Exercício Corrente - Recursos oriundos da Medida Provisória N. 938/20	(7.417,38)	(19.540,88)
12110000	Exercício Corrente - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde *	(67.027,96)	(54.587,86)
12130000	Exercício Corrente - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gc	(61.635,06)	(57.763,88)
12140000	Exercício Corrente - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gc	(132.660,34)	0,00
12200000	Exercício Corrente - Transferências de Convênios destinadas à Saúde	0,00	20.147,42
12900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Saúde	162.995,04	0,00
Total das Fontes de Recursos		(77.647,20)	(161.797,71)

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

DENIZE MARQUES DA
ROCHA
SECRETÁRIA



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Saúde - FMS
CNPJ: 69.902.112/0001-34

a.2. Domicílio da entidade

Avenida Capitão Luiz de França, S/N
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55.760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Denize Marques da Rocha
Cargo: Secretária do Fundo
Período de Gestão: 04/01/2021 a 31/12/2021

a.4. Dados do contador responsável

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: cristovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:

O Fundo Municipal de Saúde de Vertente do Lério concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “a administração pública em geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.

a.6. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Fundo Municipal de Saúde - FMS

a.7. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b) Resumo das políticas contábeis significativas

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publico.

b.2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

O balanço mostra também quadro próprio com o superavit/ deficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior, possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.3. Bases de mensuração utilizadas

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC no 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas definidos pela tabela SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 153/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Fontes de Recursos		
10010000	Exercício Corrente - Recursos Ordinários	28.098,50 (89.375,11)
10920000	Exercício Corrente - Recursos oriundos da Medida Provisória N. 938/20	(7.417,38) (194,48)
12110000	Exercício Corrente - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde *	(67.027,96) (54.587,06)
12130000	Exercício Corrente - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gt	(61.835,06) (57.763,68)
12140000	Exercício Corrente - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gt	(132.660,34) 0,00
12200000	Exercício Corrente - Transferências de Convênios destinadas à Saúde	0,00 20.127,62
12900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Saúde	162.995,04 0,00
Total das Fontes de Recursos	(77.647,20)	(161.792,71)

- Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 153/2021, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.4. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.5. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.6. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

c.1. Ativo Circulante:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somaram R\$ 84.790,65.
O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2020 somaram R\$ 439.963,76.

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante	84.790,65	439.963,76
1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	84.790,65	439.963,76
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	84.790,65	439.963,76
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	84.790,65	439.963,76
Total do Ativo Circulante	84.790,65	439.963,76
Ativo Não Circulante		
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante	3.926.139,74	3.860.544,30
1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado	3.926.139,74	3.860.544,30
1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis	2.853.521,28	2.787.925,84
1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação	2.853.521,28	2.787.925,84
1.2.3.2.0.00.00 - Bens Imóveis	1.072.618,46	1.072.618,46
1.2.3.2.1.00.00 - Bens Imóveis - Consolidação	1.072.618,46	1.072.618,46
Total do Ativo Não Circulante	3.926.139,74	3.860.544,30
TOTAL DO ATIVO	4.010.930,39	4.300.508,06

c.2. Caixa e Equivalente De Caixa:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somam R\$ 84.790,65.

1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	84.790,65	439.963,76
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	84.790,65	439.963,76
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	84.790,65	439.963,76

c.3. Estoque/Almoxarifado:

O saldo do estoque inicial em 31/12/2021 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2021 somam R\$ 0,00. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Deste modo, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de R\$ 0,00.

c.4. Créditos a Curto e Longo Prazo:

Não houve Créditos a Curto e Longo Prazo

c.5. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Não houve registros de investimentos e aplicações temporárias a curto prazo.

c.6. Imobilizado

Imobilizado		
Descrição	2021	2020
Aquisição de bens móveis	2.853.521,28	2.787.925,84
Aquisição de bens imóveis	1.072.618,46	1.072.618,46
Total	3.926.139,74	3.860.544,30

c.7. Intangível

Não houve registros de intangível.

c.8. Restos a pagar resultantes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências e fornecedores a curto prazo:

Descrição	Valor	Valor
-----------	-------	-------



Nota Explicativa
(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

	2021	2020
Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	16,80
Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS	57.105,73	207.157,75
Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS - União	0,60	0,60
Fornecedores e contas a Pagar Nacional a Curto Prazo	18.340,35	23.576,62
Valores Restituíveis	5.875,34	31.368,33
Total	81.322,02	262.120,10

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	81.322,02	262.120,10
2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	57.106,33	207.175,15
2.1.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	16,80
2.1.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	0,00	16,80
2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	57.106,33	207.158,35
2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	57.105,73	207.157,75
2.1.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	0,60	0,60
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	18.340,35	23.576,62
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	18.340,35	23.576,62
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	18.340,35	23.576,62
2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	5.875,34	31.368,33
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	5.875,34	31.368,33
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	5.875,34	31.390,91
2.1.8.8.2.00.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS	0,00	(22,58)
Total do Passivo Circulante	81.322,02	262.120,10

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
Pessoal	R\$ 0,00	Pessoal	R\$ 0,00
Benefícios Previdenciários	R\$ 0,00	Benefícios Previdenciários	R\$ 0,00
Benefícios Assistenciais	R\$ 0,00	Benefícios Assistenciais	R\$ 0,00
Encargos Sociais	R\$ 57.106,33	Encargos Sociais	R\$ 0,00
Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS	R\$ 57.105,73	Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS - União	R\$ 0,00
Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS - União	R\$ 0,60	Valores Restituíveis	R\$ 0,00
Valores Restituíveis	R\$ 5.875,34	Outras Obrigações A Curto Prazo	R\$ 0,00
Fornecedores e contas a Pagar Nacional a Curto Prazo	18.340,35	Fornecedores e contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 0,00
Total	81.322,02	TOTAL	R\$ 0,00

c.9. Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 81.322,02.

c.10. Provisões de Curto e Longo prazo

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2021 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2020 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO	PROVISÕES DE LONGO PRAZO
--------------------------	--------------------------



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

EXERCÍCIO: 2021

PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

c.11. Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 3.929.608,37. O resultado econômico da entidade no exercício de 2020 foi de R\$ 4.038.387,96, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 7.967.996,33.

Patrimônio Líquido		
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	3.929.608,37	4.038.387,96
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	3.929.608,37	4.038.387,96
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	3.929.608,37	4.038.387,96
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	(2.537.483,99)	(2.601.638,38)
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(6.782.962,76)	(6.266.613,37)
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	4.245.523,73	3.664.974,99
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	(44,96)	0,00
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	3.454.025,57	2.260.271,99
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	3.661.160,74	2.317.355,14
2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(207.135,17)	(57.083,15)
2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	2.850.071,75	4.379.754,35
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	2.850.072,35	4.406.860,05
2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(0,60)	(27.105,70)
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	162.995,04	0,00
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	162.995,04	0,00
Total do Patrimônio Líquido	3.929.608,37	4.038.387,96
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.010.930,39	4.300.508,06

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{84.790,65}{81.322,02} = 1,04$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação desfavorável em que o fundo de saúde não tem saldo do AF para pagar suas dívidas registradas no PF e ainda terá um déficit financeiro que poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

d.5. Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, Mas Que Não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial:

Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00

d.6. Informações Relevantes Sobre Transações de Investimentos e Financiamentos Que Não Envolvem o Uso De Caixa:

Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00

d.7. Eventuais Ajustes Relacionados Às Retenções

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente a BP e necessitem de ajustes.

d.8. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

d.9. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

d.10. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve no exercício de 2021 bens recebidos por doação

d.11. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

d.12. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2021.

d.13. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

d.14. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

d.15. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2021, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

d.16. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

d.17. Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2021.

d.18. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

d.19. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

d.20. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

d.21. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

d.22. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

d.23. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

d.24. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

d.25. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

d.26. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

d.27. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2021.

d.28. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve registro para esta entidade.

d.29. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

d.30. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Não houve registro para esta entidade.

d.31. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício de 2021.

DENIZE MARQUES DA ROCHA
Secretária

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0



Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6



Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Assistência Social

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

ATIVO		Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante		123.801,36	116.450,11
1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa		123.632,61	116.211,66
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional		123.632,61	116.211,66
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação		123.632,61	116.211,66
1.1.3.0.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		168,75	168,75
1.1.3.8.0.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo		168,75	168,75
1.1.3.8.1.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação		168,75	168,75
Total do Ativo Circulante		123.801,36	116.450,11
Ativo Não Circulante			
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante		255.792,86	243.966,66
1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado		255.792,86	243.966,66
1.2.3.1.0.00.00 - Bens Moveis		255.792,86	243.966,66
1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação		255.792,86	243.966,66
Total do Ativo Não Circulante		255.792,86	243.966,66
TOTAL DO ATIVO		379.594,22	360.416,77

Documento: https://www.vertentedolerio.ma.gov.br/portal/assistentia-social/relatorio-de-balanco-patrimonial-2021.pdf

ALTAIR, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO

**Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério**

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Assistência Social

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Atual

Exercício Anterior

Passivo Circulante

2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	70.932,30	88.730,88
2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.303,98	14.263,88
2.1.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	12.960,00
2.1.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	0,00	12.960,00
2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	1.303,98	1.303,88
2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	1.303,98	1.303,88
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	58.607,93	60.467,93
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	58.607,93	60.467,93
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	58.607,93	60.467,93
2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	11.020,39	14.118,07
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	10.120,39	14.118,07
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	10.120,39	14.118,07
2.1.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo	900,00	0,00
2.1.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	900,00	0,00

Total do Passivo Circulante**70.932,30****88.730,88****Patrimônio Líquido**

2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	308.661,92	271.766,19
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	308.661,92	271.766,19
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	308.661,92	271.766,19
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	(1.125.290,29)	(1.994.835,86)
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(1.398.310,46)	(2.164.296,02)
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	273.020,17	179.433,86
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	(9.973,00)
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	1.168.477,07	1.898.323,39
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	1.169.781,05	1.899.627,07
2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(1.303,98)	(1.303,98)
2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	202.990,14	368.228,16
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	202.990,14	371.144,06
2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	0,00	(2.916,90)
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	62.485,00	0,00
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	62.485,00	0,00

Total do Patrimônio Líquido**308.661,92****271.766,19****TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO****379.594,22****360.447,07**



Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Assistência Social

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Gerais - Exercício de 2021

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

TÁSSIO DE OLIVEIRA
SARAIVA
ORDENADOR DE DESPESAS



Exercício: 2021

Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Assinse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6



Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Assistência Social

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Assessoria: https://brasil.gov.br/p/validar/Doc: 727eb539-596e-43ce-962c-ba6bde79acc6

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	123.632,61	116.201,06
Ativo Permanente	255.961,61	244.185,51
Total do Ativo	379.594,22	360.447,57
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	70.932,30	88.700,88
Passivo Permanente	0,00	0,00
Total do Passivo	70.932,30	88.700,88
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	308.661,92	271.746,69

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

TÁSSIO DE OLIVEIRA
SARAIVA
ORDENADOR DE DESPESAS



Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Conta	Atributo S/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.1.1.1.19.01	F	123.632,61	116.281,66
1.1.3.8.1.31.01	P	168,75	168,75
1.2.3.1.1.01.20	P	7.100,00	7.100,00
1.2.3.1.1.03.01	P	399,00	399,00
1.2.3.1.1.03.02	P	34.140,23	22.344,63
1.2.3.1.1.03.03	P	5.238,00	5.238,00
1.2.3.1.1.99.99	P	208.915,63	208.915,63
2.1.1.3.1.01.01	F	0,00	12.960,00
2.1.1.4.2.99.01	F	1.303,98	1.303,98
2.1.3.1.1.01.01	F	38.100,00	38.100,00
2.1.3.1.1.01.02	F	20.507,93	22.367,03
2.1.8.8.1.01.02	F	10.013,19	10.122,19
2.1.8.8.1.01.04	F	7,20	1.011,11
2.1.8.8.1.01.08	F	100,00	2.941,17
2.1.8.9.1.98.01	F	900,00	0,00
Ativo Financeiro (I):		123.632,61	116.281,66
Passivo Financeiro (III):		70.932,30	88.730,88
Restos a Pagar Não Processados (V):		0,00	0,00
Superávit Financeiro (VI):		52.700,31	27.550,78
Ativo Permanente (II):		255.961,61	244.165,11
Passivo Permanente (IV):		0,00	0,00

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
 FILHO
 Contador, CRC-PE 025898/O-0

Documento Assinado em 2022/08/25 às 10:01:19
 Acesso em: 2022/08/25 às 10:01:19
 Documento assinado eletronicamente por JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO, em 25/08/2022 às 10:01:19, com certificado digital em conformidade com a Resolução nº 7.247/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Assistência Social

Balanços Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6

Conta	Atributo S/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
-------	--------------	-----------------	--------------------

TÁSSIO DE OLIVEIRA
SARAIVA
ORDENADOR DE DESPESAS



Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Assistência Social

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RENATA DE ALMEIDA ALVES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://etec.ce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam?codigoDocumento:727eb539-596e-43ce-962c-ba6bde79acc6>

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

TÁSSIO DE OLIVEIRA
SARAIVA
ORDENADOR DE DESPESAS



Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Assistência Social

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento assinado digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: https://epp/validaDoc.seam Código do documento: 727eb539-596e-43ce-962c-ba6bde79acc6

		Exercício Atual	Exercício Anterior
Fontes de Recursos			
10010000	Exercício Corrente - Recursos Ordinários	(51.605,35)	(42.498,95)
13110000	Exercício Corrente - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FI	42.693,66	70.043,33
13900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Assistência Social	62.485,00	00,00
19400000	Exercício Corrente - Outras vinculações de transferências	(873,00)	00,00
Total das Fontes de Recursos		52.700,31	27.550,78

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

TÁSSIO DE OLIVEIRA
SARAIVA
ORDENADOR DE DESPESAS



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
CNPJ: 09.462.753/0001-93

a.2. Domicílio da entidade

Rua Maria Salome Batista de Sousa, 142
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55.760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Tássio de Oliveira Saraiva
Cargo: Secretária do Fundo
Período de Gestão: 04/01/2021 a 31/12/2021

a.4. Dados do contador responsável

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: cristovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:

O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Vertente do Lério concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.

a.6. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

a.7. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b) Resumo das políticas contábeis significativas

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração dos fluxos de caixa, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publico.

b.2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

O balanço mostra também quadro próprio com o superavit/ deficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior, possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.3. Bases de mensuração utilizadas

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC no 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas definidos pela tabela SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios:
 - para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis;
 - para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a);
 - para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e
 - para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 153/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

Balanços Gerais - Exercício de 2021		Exercício Atual	Exercício Anterior
Fontes de Recursos			
10010000	Exercício Corrente - Recursos Ordinários	(51.605,35)	(42.462,55)
13110000	Exercício Corrente - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - F	42.693,66	70.043,33
13900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Assistência Social	62.485,00	0,00
19400000	Exercício Corrente - Outras vinculações de transferências	(873,00)	0,00
Total das Fontes de Recursos		52.700,31	27.580,78

- Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 153/2021, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Foram obtidos ganhos antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamentos de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.4. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.5. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.6. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

c.1. Ativo Circulante:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somaram R\$ 123.801,36.
O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2020 somaram R\$ 116.450,41.

c.2. Caixa e Equivalente De Caixa:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somam R\$ 123.632,61.

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante	123.801,36	116.450,41
1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	123.632,61	116.281,66
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	123.632,61	116.281,66
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	123.632,61	116.281,66
1.1.3.0.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	168,75	168,75
1.1.3.8.0.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	168,75	168,75
1.1.3.8.1.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	168,75	168,75
Total do Ativo Circulante	123.801,36	116.450,41

c.3. Estoque/Almoxarifado:

O saldo do estoque inicial em 31/12/2021 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2021 somam R\$ 0,00. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Deste modo, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de R\$ 0,00.

c.4. Créditos a Curto e Longo Prazo:

Tais valores encontram-se abaixo discriminados:

CRÉDITOS DE CURTO PRAZO		CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	R\$ 0,00	DÍVIDA TRIBUTÁRIA	R\$ 0,00
TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	R\$ 0,00	DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 0,00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
DÍVIDA ATIVA	R\$ 0,00	AJUSTES DE PERDAS	R\$ 0,00
DEMAIS CRÉDITOS	R\$ 168,75	DEMAIS CRÉDITOS	R\$ 0,00

c.5. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Não houve registros de investimentos e aplicações temporárias a curto prazo.

c.6. Imobilizado

Imobilizado		
Descrição	2021	2020
Aquisição de bens móveis	255.792,86	243.996,66
Total	255.792,86	243.996,66

c.7. Intangível

Não houve registros de intangível.

c.8. Restos a pagar resultantes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências e fornecedores de curto e longo prazo



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo no valor R\$ 1.303,98 referente a Encargos Sociais a Pagar, Fornecedores e contas a Pagar a Curto Prazo no valor R\$ 58.607,93 referente a Fornecedores e contas a Pagar Nacional a Curto Prazo, Valores Restituíveis no valor de R\$ 10.120,39 referente a Valores Restituíveis e Outras Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 900,00 referente a Outras Obrigações a Curto Prazo. Total a pagar no valor de R\$ 70.932,30.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	70.932,30	88.730,88
2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.303,98	14.203,98
2.1.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	12.900,00
2.1.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	0,00	12.900,00
2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	1.303,98	1.303,98
2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	1.303,98	1.303,98
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	58.607,93	60.407,93
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	58.607,93	60.407,93
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	58.607,93	60.407,93
2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	11.020,39	14.118,97
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	10.120,39	14.118,97
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	10.120,39	14.118,97
2.1.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo	900,00	0,00
2.1.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	900,00	0,00
Total do Passivo Circulante	70.932,30	88.730,88

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
Pessoal	R\$ 0,00	Pessoal	R\$ 0,00
Benefícios Previdenciários	R\$ 0,00	Benefícios Previdenciários	R\$ 0,00
Benefícios Assistenciais	R\$ 0,00	Benefícios Assistenciais	R\$ 0,00
Encargos Sociais	R\$ 1.303,98	Encargos Sociais	R\$ 0,00
Valores Restituíveis	R\$ 10.120,39	Valores Restituíveis	R\$ 0,00
Outras Obrigações A Curto Prazo	R\$ 900,00	Outras Obrigações A Curto Prazo	R\$ 0,00
Fornecedores e contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 58.607,93	Fornecedores e contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 70.932,30	TOTAL	R\$ 0,00

c.9. Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 70.932,30.

c.10. Provisões de Curto e Longo prazo

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2021 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2020 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

c.11. Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 308.661,92. O resultado econômico da entidade no exercício de 2020 foi de R\$ 271.716,19, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 580.378,11.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Patrimônio Líquido		
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	308.661,92	271.701,11
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	308.661,92	271.701,11
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	308.661,92	271.701,11
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	(1.125.290,29)	(1.994.830,86)
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(1.398.310,46)	(2.164.290,32)
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	273.020,17	179.459,86
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	(9.970,00)
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	1.168.477,07	1.898.300,93
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	1.169.781,05	1.899.600,37
2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(1.303,98)	(1.300,00)
2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	202.990,14	368.200,46
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	202.990,14	371.100,00
2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	0,00	(2.910,00)
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	62.485,00	62.485,00
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	62.485,00	62.485,00
Total do Patrimônio Líquido	308.661,92	271.701,11

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{123.632,61}{70.932,30} = 1,74$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas apagar etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável em que o município tem saldo do AF que poderá pagar suas dívidas registradas no PF e ainda terá um superávit financeiro que poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

d.5. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

d.6. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve no exercício de 2021 bens recebidos por doação

d.7. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

d.8. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2021.

d.9. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

d.10. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

d.11. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2021, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

d.12. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

d.13. Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2021.

d.14. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

d.15. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

d.16. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

d.17. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

d.18. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

d.19. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

d.20. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

d.21. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

d.22. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

d.23. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2021.

d.24. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve registro para esta entidade.

d.25. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

d.26. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve registro para esta entidade.

d.27. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício de 2021.

TÁSSIO DE OLIVEIRA SARAIVA
Secretário

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0





Fundo Municipal de Educação
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Departamento de Contabilidade
BALANÇO PATRIMONIAL
 Balanços Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante	523.346,40	295.101,44
1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	523.346,40	295.101,44
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	523.346,40	295.101,44
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	523.346,40	295.101,44
Total do Ativo Circulante	523.346,40	295.101,44
Ativo Não Circulante		
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante	1.115.264,96	495.301,70
1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado	1.115.264,96	495.301,70
1.2.3.1.0.00.00 - Bens Moveis	851.971,58	232.008,02
1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação	851.971,58	232.008,02
1.2.3.2.0.00.00 - Bens Imóveis	263.293,38	263.293,68
1.2.3.2.1.00.00 - Bens Imóveis - Consolidação	263.293,38	263.293,68
Total do Ativo Não Circulante	1.115.264,96	495.301,70
TOTAL DO ATIVO	1.638.611,36	790.503,14

Documento assinado eletronicamente por RENAN CRISTOVAM DA SILVA FILHO em 20/06/2022 às 10:08:00. Documento: 727eb539-596e-43ce-962e-ba6bde79acc6



Fundo Municipal de Educação
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Departamento de Contabilidade
BALANÇO PATRIMONIAL
 Balanços Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	524.995,13	595.087,15
2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	526.603,10	526.603,10
2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	526.603,10	526.603,10
2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	526.603,10	526.603,10
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	59.916,95
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	0,00	59.916,95
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	0,00	59.916,95
2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	(1.607,97)	8.567,00
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	(1.607,97)	8.567,00
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	(1.607,97)	8.567,00
Total do Passivo Circulante	524.995,13	595.087,15
Patrimônio Líquido		
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	1.113.616,23	195.455,69
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	1.113.616,23	195.455,69
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	1.113.616,23	195.455,69
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	(8.034.861,89)	(6.377.350,59)
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(8.756.547,23)	(7.031.506,04)
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	722.058,79	655.811,34
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	(373,45)	(1.668,89)
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	503.681,10	115.525,18
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	1.030.284,20	115.525,18
2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(526.603,10)	0,00
2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	1.855.232,73	982.746,37
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	1.855.232,73	983.320,37
2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	0,00	(573,00)
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	6.789.564,29	5.474.536,43
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	6.789.564,29	5.474.536,43
Total do Patrimônio Líquido	1.113.616,23	195.455,69
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.638.611,36	790.542,84



Fundo Municipal de Educação
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Departamento de Contabilidade
BALANÇO PATRIMONIAL
Balanços Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Assinse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
CONTADOR

SILVANEIDE MARIA SILVA
DE LIMA
GESTOR DO FUNDO



Fundo Municipal de Educação

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/pp/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento:727eb539-596e-43ee-962e-ba6bde79acc6>

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	523.346,40	295.111,24
Ativo Permanente	1.115.264,96	495.381,70
Total do Ativo	1.638.611,36	790.542,94
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	524.995,13	595.077,25
Passivo Permanente	0,00	0,00
Total do Passivo	524.995,13	595.077,25
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	1.113.616,23	195.465,69

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
CONTADOR

SILVANEIDE MARIA SILVA
DE LIMA
GESTOR DO FUNDO



Fundo Municipal de Educação
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - POR CONTA PCASP

Balanços Gerais - Exercício de 2021



Conta		Atributo S/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.1.1.1.19.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	523.346,40	295.161,24
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	P	3.815,00	0,00
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	21.542,10	8.300,00
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	P	164.324,70	0,00
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	P	26.176,00	0,00
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	P	4.062,60	4.062,60
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	P	2.740,00	600,00
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	P	589.998,00	189.000,00
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS	P	39.313,18	30.075,72
1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	P	263.293,38	263.293,38
2.1.1.4.2.01.01	FORNECEDORES A CURTO PRAZO DO EXERCÍCIO	F	526.603,10	526.603,10
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES A CURTO PRAZO DO EXERCÍCIO	F	0,00	59.966,85
2.1.8.8.1.01.02	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	F	(1.655,72)	0,00
2.1.8.8.1.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	F	0,00	8.250,05
2.1.8.8.1.01.08	ISS	F	47,75	342,25
	Ativo Financeiro (I):		523.346,40	295.161,24
	Passivo Financeiro (III):		524.995,13	595.087,25
	Restos a Pagar Não Processados (V):		0,00	0,00
	Superávit Financeiro (VI):		(1.648,73)	(299.926,01)
	Ativo Permanente (II):		1.115.264,96	495.381,70
	Passivo Permanente (IV):		0,00	0,00

 JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
 FILHO
 CONTADOR

Documento Assinado em 2021/08/24
 Acesse em: <http://eicof.fundomunicipal.gov.br/pe/gestao/assinatura>
 Código de Verificação: 729b693-596e-43ce-962e-ba6bde79acc6



Fundo Municipal de Educação
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Departamento de Contabilidade
BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - POR CONTA PCASP
Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596e-43ee-962e-ba6bde79ac66

Conta	Atributo S/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
-------	--------------	-----------------	--------------------

SILVANEIDE MARIA SILVA
DE LIMA
GESTOR DO FUNDO

**Fundo Municipal de Educação**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)

Balanços Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado em 09/05/2022 por: RENA DOS SANTOS ALVES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
 Acesse em: https://eic.ce.gov.br/epp/validarDoc;seamCodigo do documento: 727eb539-596e-43ce-962c-ba6bde79acc6

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

 JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
 FILHO
 CONTADOR

 SILVANEIDE MARIA SILVA
 DE LIMA
 GESTOR DO FUNDO



Fundo Municipal de Educação
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)

Balanços Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado em 07/09/2021
Assinado por: JOSÉ CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6

		Exercício Atual	Exercício Anterior
Fontes de Recursos			
10010000	Exercício Corrente - Recursos Ordinários	424,07	22.245,70
10920000	Exercício Corrente - Recursos oriundos da Medida Provisória N. 938/20	0,00	(76.993,82)
11110000	Exercício Corrente - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação *	(464.834,16)	(241.040,88)
11120000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 60%	(1.781.551,56)	(892.892,89)
11130000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 40%	487.615,41	240.102,94
11140000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 60% – Complementação da União	938.636,24	322.400,67
11150000	Exercício Corrente - Transferências do FUNDEB 40% – Complementação da União	545.296,35	214.993,63
11200000	Exercício Corrente - Transferência do Salário-Educação	105.233,90	(8.724,17)
11210000	Exercício Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro	(20,96)	(6,92)
11220000	Exercício Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Naciona	(333,68)	13.966,93
11230000	Exercício Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Naciona	87.005,04	74.942,44
11240000	Exercício Corrente - Outras Transferências de Recursos do FNDE	(25.118,78)	22.252,19
11250000	Exercício Corrente - Transferências de Convênios - Educação	0,85	0,05
11900000	Exercício Corrente - Outros Recursos Destinados à Educação	23.325,79	0,00
15200000	Exercício Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Esta	82.672,76	22,42
Total das Fontes de Recursos		(1.648,73)	(299.928,01)

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
CONTADOR

SILVANEIDE MARIA SILVA
DE LIMA
GESTOR DO FUNDO



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Educação - FME
CNPJ: 31.055.800/0001-33

a.2. Domicílio da entidade

Rua Capitão Luiz de França, 13
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55.760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Silvaneide Maria Silva de Lima
Cargo: Secretária do Fundo
Período de Gestão: 04/01/2021 a 31/12/2021

a.4. Dados do contador responsável

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: cristovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:

O Fundo Municipal de Educação – FME de Vertente do Lério concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais”. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.

a.6. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Fundo Municipal de Educação - FME

a.7. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

b) Resumo das políticas contábeis significativas

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração dos fluxos de caixa, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publico.

b.2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

O balanço mostra também quadro próprio com o superavit/ deficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior, possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.3. Bases de mensuração utilizadas

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC no 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas definidos pela tabela SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios:
 - para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis;
 - para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a);
 - para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e
 - para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 153/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	
Fontes de Recursos			
10010000	Exercicio Corrente - Recursos Ordinários	424,07	22.255,70
10920000	Exercicio Corrente - Recursos oriundos da Medida Provisória N. 938/20	0,00	(75.593,32)
11110000	Exercicio Corrente - Receitas de impostos e de Transferência de Impostos - Educação *	(464.834,16)	(241.040,88)
11120000	Exercicio Corrente - Transferências do FUNDEB 60%	(1.781.551,56)	(692.892,89)
11130000	Exercicio Corrente - Transferências do FUNDEB 40%	487.615,41	240.162,64
11140000	Exercicio Corrente - Transferências do FUNDEB 60% - Complementação da União	938.636,24	322.490,67
11150000	Exercicio Corrente - Transferências do FUNDEB 40% - Complementação da União	546.296,35	214.993,83
11200000	Exercicio Corrente - Transferência do Salário-Educação	105.233,90	(84,17)
11210000	Exercicio Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro	(20,96)	(2,32)
11220000	Exercicio Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional	(333,68)	13.966,93
11230000	Exercicio Corrente - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional	87.005,04	74.912,74
11240000	Exercicio Corrente - Outras Transferências de Recursos do FNDE	(25.118,78)	22.252,79
11250000	Exercicio Corrente - Transferências de Convênios - Educação	0,85	0,85
11900000	Exercicio Corrente - Outros Recursos Destinados à Educação	23.325,79	0,00
15200000	Exercicio Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Esta	82.672,76	52,12
Total das Fontes de Recursos	(1.648,73)	(299.926,01)	

- Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 153/2021, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Foram obtidos ganhos antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamentos de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.4. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.5. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.6. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

c.1. Ativo Circulante:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2020 somaram R\$ 295.161,24.

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somaram R\$ 523.346,40.

ATIVO		Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
1.1.0.0.00.00 - Ativo Circulante		523.346,40	295.161,24
1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa		523.346,40	295.161,24
1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional		523.346,40	295.161,24
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação		523.346,40	295.161,24
Total do Ativo Circulante		523.346,40	295.161,24

c.2. Caixa e Equivalente De Caixa:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somam R\$ 523.346,40.

1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	523.346,40	295.161,24
1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	523.346,40	295.161,24

c.3. Estoque/Almoxarifado:

O saldo do estoque inicial em 31/12/2021 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2021 somam R\$ 0,00. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Deste modo, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de R\$ 0,00.

c.4. Créditos a Curto e Longo Prazo:

Não houve registros de crédito a curto prazo.

Não houve registros de ativo realizável a longo prazo.

Tais valores encontram-se abaixo discriminados:

CRÉDITOS DE CURTO PRAZO		CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	R\$ 0,00	DÍVIDA TRIBUTÁRIA	R\$ 0,00
TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	R\$ 0,00	DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 0,00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
DÍVIDA ATIVA	R\$ 0,00	AJUSTES DE PERDAS	R\$ 0,00
DEMAIS CRÉDITOS	R\$ 0,00	DEMAIS CRÉDITOS	R\$ 0,00

c.5. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Não houve registros de investimentos e aplicações temporárias a curto prazo.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

c.6. Imobilizado

Imobilizado		
Descrição	2021	2020
Aquisição de bens móveis	851.971,58	232.088,32
Aquisição de bens imóveis	263.293,38	263.293,38
Total	1.115.264,96	495.381,70

c.7. Intangível

Não houve registros de intangível.

c.8. Restos a pagar resultantes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências e fornecedores de curto e longo prazo

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo no valor R\$ 526.603,10 e Demais obrigações a curto prazo no valor (R\$ 1.607,97). Total a pagar no valor de R\$ 524.995,13.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	524.995,13	595.087,25
2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	526.603,10	526.603,10
2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	526.603,10	526.603,10
2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS		
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	59.916,85
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	0,00	59.916,85
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	0,00	59.916,85
2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	(1.607,97)	8.567,30
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	(1.607,97)	8.567,30
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	(1.607,97)	8.567,30
Total do Passivo Circulante	524.995,13	595.087,25

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 0,00	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 526.603,10	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00
VALORES RESTITUÍVEIS	R\$ - 1.607,97	VALORES RESTITUÍVEIS	R\$ 0,00

c.9. Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 524.995,13. dos quais R\$ 524.995,13 são de elementos do passivo com atributo F.

c.10. Provisões de Curto e Longo prazo

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2021 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2020 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES	R\$ 0,00



Nota Explicativa
(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

		PREVIDENCIÁRIAS	
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

c.11. Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 1.113.616,23. O resultado econômico da entidade no exercício de 2020 foi de R\$ 195.455,69, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 1.309.071,92.

Patrimônio Líquido			
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido		1.113.616,23	195.455,69
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados		1.113.616,23	195.455,69
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados		1.113.616,23	195.455,69
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação		(8.034.861,89)	(6.377.352,59)
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício		(8.756.547,23)	(7.031.505,04)
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores		722.058,79	655.821,34
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores		(373,45)	(1.668,89)
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS		503.681,10	115.525,48
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício		1.030.284,20	115.525,48
2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores		(526.603,10)	0,00
2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União		1.855.232,73	982.746,37
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício		1.855.232,73	983.320,37
2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores		0,00	(574,00)
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado		6.789.564,29	5.474.536,43
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício		6.789.564,29	5.474.536,43
Total do Patrimônio Líquido		1.113.616,23	195.455,69
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.638.611,36	790.542,94

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{523.346,40}{524.995,13} = 0,99$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável em que o município tem saldo do AF que poderá pagar suas dívidas registradas no PF e ainda terá um superávit financeiro que poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

d.5. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

d.6. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve no exercício de 2021 bens recebidos por doação

d.7. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

d.8. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2021.

d.9. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

d.10. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

d.11. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2021, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

d.12. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

d.13. Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2021.

d.14. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

d.15. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

d.16. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

d.17. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

d.18. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

d.19. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

d.20. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

d.21. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

d.22. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

d.23. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2021.

d.24. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve registro para esta entidade.

d.25. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

d.26. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve registro para esta entidade.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

EXERCÍCIO: 2021

d.27. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício de 2021.

SILVANEIDE MARIA SILVA DE LIMA
Secretário

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0





Fundo de Desenvolvimento Municipal

Fundo de Desenvolvimento Municipal

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante	17.265,71	969.665
1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	17.265,71	969.665
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	17.265,71	969.665
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	17.265,71	969.665
Total do Ativo Circulante	17.265,71	969.665
Ativo Não Circulante		
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante	669.404,15	333.461,17
1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado	669.404,15	333.461,17
1.2.3.2.0.00.00 - Bens Imóveis	669.404,15	333.461,17
1.2.3.2.1.00.00 - Bens Imóveis - Consolidação	669.404,15	333.461,17
Total do Ativo Não Circulante	669.404,15	333.461,17
TOTAL DO ATIVO	686.669,86	334.451,12

Documento assinado eletronicamente por RAYANE CRISTOVAM DA SILVA FILHO em 11/06/2022 às 10:00:00 AM. Código de verificação do documento: 727eb539-596e-43ce-962c-ba6bde79acc6



Fundo de Desenvolvimento Municipal

Fundo de Desenvolvimento Municipal

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	22.162,93	30.889,78
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	22.172,93	27.065,05
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	22.172,93	27.065,05
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	22.172,93	27.065,05
2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	(10,00)	3.824,73
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	(10,00)	3.824,73
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	(10,00)	3.824,73
Total do Passivo Circulante	22.162,93	30.889,78
Patrimônio Líquido		
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	664.506,93	303.541,04
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	664.506,93	303.541,04
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	664.506,93	303.541,04
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	294.083,88	(18.527,83)
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(9.457,46)	(18.527,83)
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	303.541,34	0,00
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	53.984,88	204.306,74
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	53.984,88	204.306,74
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	316.438,17	117.766,03
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	316.438,17	117.766,03
Total do Patrimônio Líquido	664.506,93	303.541,04
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	686.669,86	334.431,82

Dante Assis de Almeida Filho - RENATO DE ALMEIDA FILHO - RUA DO ROSÁRIO, 110 - JARDIM DA SILVA FILHO - SÃO PAULO - SP - CEP: 05066-000 - FONE: (11) 3061-7900 - FAX: (11) 3061-7906 - E-MAIL: daf@fcm.sp.gov.br



Fundo de Desenvolvimento Municipal

Fundo de Desenvolvimento Municipal

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - POR CONTA PCASP

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Conta	Atributo S/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.1.1.1.19.01 BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	17.265,71	969,55
1.2.3.2.1.06.01 OBRAS EM ANDAMENTO	P	669.404,15	333.411,47
2.1.3.1.1.01.02 FORNECEDORES A CURTO PRAZO DO EXERCÍCIO	F	22.172,93	27.055,05
2.1.8.8.1.01.02 CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	F	(10,00)	(0,00)
2.1.8.8.1.01.04 IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	F	1.161,86	1.222,95
2.1.8.8.1.01.08 ISS	F	(1.161,86)	2.621,78
Ativo Financeiro (I):		17.265,71	969,55
Passivo Financeiro (III):		22.162,93	30.889,78
Restos a Pagar Não Processados (V):		256.543,45	532.871,51
Superávit Financeiro (VI):		(261.440,67)	(562.787,64)
Ativo Permanente (II):		669.404,15	333.411,47
Passivo Permanente (IV):		0,00	0,00

Documento: 96955
Assinado digitalmente por JOSÉ CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Data de emissão: 12/08/2021
Acesse em: <http://www.baturite.ce.gov.br/portal/verdocumento.aspx?documento=727eb539-596e-43ce-962e-ba6bde79acc6>



Fundo de Desenvolvimento Municipal

Fundo de Desenvolvimento Municipal

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado em 2021/09/29 por: RENA DOS SANTOS ARAUJO ALEES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: https://efc.ce.gov.br/epp/validarDoc;seamCodigo do documento: 727eb539-596e-43ce-962c-ba6bde79acc6

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00



Fundo de Desenvolvimento Municipal

Fundo de Desenvolvimento Municipal

Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)

Balanços Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado em 05/08/2021 por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596e-43ce-962c-ba6bde79acc6

		Exercício Atual	Exercício Anterior
Fontes de Recursos			
10010000	Exercício Corrente - Recursos Ordinários	(120.064,23)	(174.349,51)
15200000	Exercício Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Esta	(439.204,61)	(487.589,66)
19400000	Exercício Corrente - Outras vinculações de transferências	316.438,17	117.796,43
Total das Fontes de Recursos		(242.830,67)	(544.177,74)



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM
CNPJ: 18.002.491/0001-75

a.2. Domicílio da entidade

Praça Severino Barbosa de Sales, 40
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55.760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Elisangela de Sousa Diniz
Cargo: Secretária do Fundo
Período de Gestão: 04/01/2021 a 31/12/2021

a.4. Dados do contador responsável

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: cristovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:

O Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM de Vertente do Lério concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM

b) Resumo das políticas contábeis significativas

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração dos fluxos de caixa, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publico.

b.2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

O balanço mostra também quadro próprio com o superavit/ deficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior, possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.3. Bases de mensuração utilizadas

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC no 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas definidos pela tabela SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios:
 - para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis;
 - para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a);
 - para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e
 - para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 153/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

	Exercicio Anual	Exercicio Anterior
Fontes de Recursos		
10010000	Exercicio Corrente - Recursos Ordinários (120.064,23)	(174.344,91)
15200000	Exercicio Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Esta (439.204,61)	(487.589,86)
19400000	Exercicio Corrente - Outras vinculações de transferências 316.438,17	117.756,93
Total das Fontes de Recursos	(242.830,67)	(544.177,64)

- Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 153/2021, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Foram obtidos ganhos antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamentos de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.4. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.5. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.6. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

c.1. Ativo Circulante:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2020 somaram R\$ 969,65. O Saldo financeiro em 2021 totalizou R\$ 17.265,71.

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante	17.265,71	969,65
1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	17.265,71	969,65
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	17.265,71	969,65
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	17.265,71	969,65
Total do Ativo Circulante	17.265,71	969,65

c.2. Caixa e Equivalente De Caixa:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somam R\$ 17.265,71.

1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	17.265,71	969,65
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	17.265,71	969,65
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	17.265,71	969,65

c.3. Estoque/Almoxarifado:

O saldo do estoque inicial em 31/12/2021 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2021 somam R\$ 0,00. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Deste modo, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de R\$ 0,00.

c.4. Créditos a Curto e Longo Prazo:

Não houve registros de crédito a curto prazo.

Não houve registros de ativo realizável a longo prazo.

Tais valores encontram-se abaixo discriminados:

CRÉDITOS DE CURTO PRAZO		CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	R\$ 0,00	DÍVIDA TRIBUTÁRIA	R\$ 0,00
TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	R\$ 0,00	DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 0,00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
DÍVIDA ATIVA	R\$ 0,00	AJUSTES DE PERDAS	R\$ 0,00
DEMAIS CRÉDITOS	R\$ 0,00	DEMAIS CRÉDITOS	R\$ 0,00

c.5. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Não houve registros de investimentos e aplicações temporárias a curto prazo.

c.6. Imobilizado

Imobilizado		
Descrição	2021	2020
Aquisição de bens imóveis	669.404,15	333.461,47
Total	669.404,15	333.461,47

c.7. Intangível

Não houve registros de intangível.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

c.8. Restos a pagar resultantes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências e fornecedores de curto e longo prazo

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor R\$ 22.172,93 e Demais obrigações a curto prazo no valor (R\$ 10,00). Total a pagar no valor de R\$ 22.162,93.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante		
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	22.162,93	30.889,78
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	22.172,93	27.065,05
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	22.172,93	27.065,05
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	22.172,93	27.065,05
2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	(10,00)	3.824,73
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	(10,00)	3.824,73
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	(10,00)	3.824,73
Total do Passivo Circulante	22.162,93	30.889,78

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 0,00	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00

c.9. Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 22.162,93.

Provisões de Curto e Longo prazo

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2021 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2020 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

c.10. Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 664.506,93. O resultado econômico da entidade no exercício de 2020 foi de R\$ 303.541,34, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 968.048,27.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Patrimônio Líquido		
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	664.506,93	303.541,34
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	664.506,93	303.541,34
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	664.506,93	303.541,34
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	294.083,88	(18.521,83)
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(9.457,46)	(18.521,83)
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	303.541,34	0,00
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	53.984,88	204.306,24
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	53.984,88	204.306,24
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	316.438,17	117.756,93
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	316.438,17	117.756,93
Total do Patrimônio Líquido	664.506,93	303.541,34
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	686.669,86	334.431,12

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{17.265,71}{22.162,93} = 0,78$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas apagar etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação desfavorável do fundo.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

d.5. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

d.6. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve no exercício de 2021 bens recebidos por doação



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES; JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6

d.7. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):
Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

d.8. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):
Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2021.

d.9. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):
Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

d.10. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:
Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

d.11. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:
Não houve durante o exercício de 2021, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

d.12. Informações de Passivos Contingentes:
Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

d.13. Perdas da Dívida Ativa:
Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2021.

d.14. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):
Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

d.15. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):
Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

d.16. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):
Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

d.17. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição):
Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

d.18. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

d.19. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

d.20. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

d.21. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

d.22. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

d.23. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2021.

d.24. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve registro para esta entidade.

d.25. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

d.26. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve registro para esta entidade.

d.27. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício de 2021.

ELISANGELA DE SOUSA DINIZ
Secretária

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0





Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante	7.718,07	3.020,46
1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	7.718,07	3.020,46
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	7.718,07	3.020,46
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	7.718,07	3.020,46
Total do Ativo Circulante	7.718,07	3.020,46
Ativo Não Circulante		
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante	655,00	655,00
1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado	655,00	655,00
1.2.3.1.0.00.00 - Bens Moveis	655,00	655,00
1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação	655,00	655,00
Total do Ativo Não Circulante	655,00	655,00
TOTAL DO ATIVO	8.373,07	3.675,46

Documento assinado eletronicamente por CRISTOVAM DA SILVA FILHO em 22/07/2022 às 14:55:00. Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6



Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

BALANÇO PATRIMONIAL

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Exercício: 2021

FÁBIO DA SILVA FRANÇA

Gestor do Fundo

Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Assinse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6



Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Assessoria: https://atlas.cpf.gov.br/pt/validarDoc:seam Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	7.718,07	3.000,06
Ativo Permanente	655,00	655,00
Total do Ativo	8.373,07	3.655,06
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	4,95	1.159,37
Passivo Permanente	0,00	0,00
Total do Passivo	4,95	1.159,37



Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - POR CONTA PCASP

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Conta		Atributo S/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.1.1.1.19.01	0010058270000003043281 (FUNDECA)	F	7.718,07	3.020,46
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	P	410,00	410,00
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS	P	245,00	255,00
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES A CURTO PRAZO DO EXERCÍCIO	F	0,00	255,00
2.1.8.8.1.01.02	INSS - FUNDECA	F	4,95	84,37
Ativo Financeiro (I):			7.718,07	3.020,46
Passivo Financeiro (III):			4,95	1.119,37
Restos a Pagar Não Processados (V):			0,00	0,00
Superávit Financeiro (VI):			7.713,12	1.901,09
Ativo Permanente (II):			655,00	655,00
Passivo Permanente (IV):			0,00	0,00

 JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
 FILHO
 Contador, CRC-PE 025898/O-0

 FÁBIO DA SILVA FRANÇA
 Gestor do Fundo

Documento Assinado em 2022/08/25 por JOSÉ CRISTOVAM DA SILVA FILHO
 Para validar o documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6



Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RENATA ALVES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://etc.ce.gov.br/epp/validarDoc;seamCodigoDocumento:727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6>

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

FÁBIO DA SILVA FRANÇA
Gestor do Fundo



Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)

Balancos Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RENATO LIMA DE SALES, JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
Acesse em: <https://epp/validaDoc.seam> Código do documento: 727eb539-596c-43ce-962c-ba6bde79acc6

		Exercício Atual	Exercício Anterior
Fontes de Recursos			
10010000	Exercício Corrente - Recursos Ordinários	7.713,12	1.901,09
Total das Fontes de Recursos		7.713,12	1.901,09

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA
FILHO
Contador, CRC-PE 025898/O-0

FÁBIO DA SILVA FRANÇA
Gestor do Fundo



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUNDECA)
CNPJ: 08.986.213/0001-46

a.2. Domicílio da entidade

Rua Capitão Luis de França, s/n
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55.760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Hélia de França Barbosa Silva
Cargo: Secretária do Fundo
Período de Gestão: 04/01/2021 a 15/07/2021

a.4. Dados do gestor

Nome: Fábio da Silva França
Cargo: Secretário do Fundo
Período de Gestão: 15/07/2021 a 31/12/2021

a.5. Dados do contador responsável

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: cristovam-filho@acpublica.com.br

a.6. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

O Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais de assistência à criança e ao adolescente. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.

a.7. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.8. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério

b) Resumo das políticas contábeis significativas

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente da demonstração dos fluxos de caixa, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidência obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publico.

b.2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6)ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superavit/ deficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior, possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.3. Bases de mensuração utilizadas

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC no 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas definidos pela tabela SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios:
 - para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis;
 - para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a);
 - para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e
 - para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 153/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

		Exercício Atual	Exercício Anterior
	Fontes de Recursos		
10010000	Exercício Corrente - Recursos Ordinários	7.713,12	1.901,09
Total das Fontes de Recursos		7.713,12	1.901,09

- Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 153/2021, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Foram obtidos ganhos antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamentos de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

b.4. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos





Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.5. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.6. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

c.1. Ativo Circulante:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2020 somaram R\$ 3.020,46. O Saldo financeiro em 2021 totalizou R\$ 7.718,07.

c.2. Caixa e Equivalente De Caixa:

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somam R\$ 7.718,07.

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
1.1.0.0.00.00 - Ativo Circulante	7.718,07	3.020,46
1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	7.718,07	3.020,46
1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	7.718,07	3.020,46
1.1.1.1.100.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	7.718,07	3.020,46
Total do Ativo Circulante	7.718,07	3.020,46

c.3. Estoque/Almoxarifado:

O saldo do estoque inicial em 31/12/2021 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2021 somam R\$ 0,00. É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. Deste modo, o saldo final do estoque evidenciado no Balanço Patrimonial foi de R\$ 0,00.

c.4. Créditos a Curto e Longo Prazo:

Não houve registros de crédito a curto prazo.

Não houve registros de ativo realizável a longo prazo.

Tais valores encontram-se abaixo discriminados:

CRÉDITOS DE CURTO PRAZO		CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	R\$ 0,00	DÍVIDA TRIBUTÁRIA	R\$ 0,00
TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	R\$ 0,00	DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 0,00	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
DÍVIDA ATIVA	R\$ 0,00	AJUSTES DE PERDAS	R\$ 0,00
DEMAIS CRÉDITOS	R\$ 0,00	DEMAIS CRÉDITOS	R\$ 0,00

c.5. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Não houve registros de investimentos e aplicações temporárias a curto prazo.

c.6. Imobilizado

Não houve registros de imobilizado.

c.7. Intangível

Não houve registros de intangível.

c.8. Restos a pagar resultantes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências e fornecedores de curto e longo prazo

Demais obrigações a curto prazo no valor R\$ 4,95



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 0,00	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00

c.9. Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 4,95. dos quais R\$ 4,95 são de elementos do passivo com atributo F.

c.10. Provisões de Curto e Longo prazo

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2021 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2020 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

c.11. Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 8.368,12. O resultado econômico da entidade no exercício de 2020 foi de R\$ 2.556,09, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 10.924,21.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{7.718,07}{4,95} = 1.559,21$$



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável em que o município tem saldo do AF que poderá pagar suas dívidas registradas no PF e ainda terá um superávit financeiro que poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

d.5. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

d.6. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve no exercício de 2021 bens recebidos por doação

d.7. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

d.8. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2021.

d.9. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

d.10. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

d.11. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2021, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

d.12. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

d.13. Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2021.

d.14. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

d.15. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

d.16. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

d.17. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

d.18. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

d.19. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

d.20. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.



Nota Explicativa

(BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

d.21. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

d.22. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

d.23. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2021.

d.24. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve registro para esta entidade.

d.25. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

d.26. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Não houve registro para esta entidade.

d.27. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício de 2021.

FÁBIO DA SILVA FRANÇA
Secretário

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0